



D E L

GVIANA  
siue  
AMAZONVM  
REGIO

# (RE)INVENTANDO A NAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL. Diálogos e impasses da Geração de 70

Maria Aparecida Rezende Mota

N O R T

Pensar o próprio país, descrever sua paisagem, descobrir e coletar as manifestações culturais de seu povo, investigar sua origem, projetar seu futuro, responder, enfim, à pergunta *O que somos?*, constituiu-se em ocupação recorrente da consciência letrada ocidental ao longo do século XIX. O sentimento de pertencer a uma comunidade que transcendia os laços familiares, religiosos e corporativos, era recente. E a própria idéia de nação, uma invenção do século anterior, introduzida no vocabulário político pelos filósofos iluministas, e cada vez mais presente na cena europeia, principalmente a partir das décadas revolucionárias, entre 1789 e 1848.

A rigor, no entanto, não se pode falar de *uma* idéia de nação. Os teóricos da época formulavam o conceito a partir de duas grandes linhas de pensamento: de um lado, os que privilegiavam o campo político; de outro, os que adotavam um ponto de vista cultural. No entanto, iríamos nos afastar demasiadamente de nosso tema se nos dedicássemos a analisá-los, mesmo porque cada um abrigava uma grande variedade de juízos e de definições. Cabe aqui, apenas, localizá-los a partir de exemplos significativos. Desta forma, os discursos sobre a nação e o contexto no qual eles se desenvolveram e foram dados à leitura, poderão ser interpretados como a moldura maior, no interior da qual, intelectuais brasileiros e portugueses, nas últimas décadas do século XIX elaboraram suas reflexões e vivenciaram suas esperanças e frustrações acerca de suas próprias nacionalidades.

Para a inteligência do pensamento sobre a nação de um ponto de vista político, é necessário recuar ao final do século XVIII e considerar essas

AMSTELODAMI

Gulielmus Blaeuw

palavras de Emmanuel Joseph Sieyés: “uma lei comum e uma representação comum, eis o que faz uma nação.”<sup>1</sup>. Para o Abade Sieyés, membro da Assembléia Constituinte, da Convenção e do Diretório, a questão era convencer o leitor da importância do terceiro estado e da inutilidade das ordens privilegiadas. O objetivo claro do autor era a derrubada da tirania, de modo que o poder político pudesse ser exercido pelos representantes daquele que, em seu juízo, constituía a verdadeira nação francesa: o Terceiro Estado. Na França, o termo “nação” já era usual; a representação de uma entidade coletiva já se sedimentara no imaginário social, para o que contribuía a ação centralizadora da monarquia. Tratava-se, agora, com Sieyés, de redefinir o conceito, isto é, de substituir o Rei, como encarnação do “povo”, pelo “povo” como encarnação da nacionalidade, já que, sendo a Nação uma reunião de indivíduos livres e iguais, unidos por necessidades comuns e pela vontade de partilharem a resolução dessas necessidades, nenhum rei poderia simbolizar essa vontade coletiva de ser, ao passo que a Lei e a Legislatura, sim, na medida em que eram emanações do povo-Nação.

Alguns anos mais tarde, em outro ponto da Europa, mais exatamente em Berlim, entre dezembro de 1807 e março de 1808, Johann Gottlieb Fichte tentava despertar sua pátria vencida pelos exércitos napoleônicos. O objetivo de Fichte, nos *Discursos à nação alemã*, era expor a “maneira de regenerar nossa nacionalidade,” através de uma educação nova, fundamentada “em nossas qualidades nacionais,” que era preciso transformar, para que a nação pudesse recuperar sua antiga influência e tornar-se digna do futuro. À idéia de nação como vontade política coletiva, como vimos em Sieyés, o filósofo alemão contrapunha a concepção metafísica de uma alma nacional, expressão da raça, da língua, da literatura e da história alemãs. O conceito político de nação, pressupunha a adesão formal do indivíduo ao Estado e o respeito à Lei; Fichte seguia uma outra direção, a valorização do sentimento, do amor “racional e pessoal” que somente uma “raça viva” como o era a alemã, seria capaz.<sup>2</sup>

Pensar a nação de um ponto de vista político ou concebê-la como um ente espiritual não esgotava, contudo, o repertório de abordagens desse tema, central nas reflexões elaboradas ao longo do século XIX. No discurso historiográfico e filosófico do período, iremos encontrá-lo sempre. Ou por outra, a existência social estará necessariamente referenciada à idéia de nação, em torno da qual, a consciência intelectual da Europa formulava explicações que pudessem relacionar as origens com o presente e, assim, preparar, como queria Fichte, o futuro. Com efeito, o conhecimento das causas que teriam originado uma nação era uma das preocupações cruciais desses teóricos. Apresentavam-na, pois, como o resultado de algum (ou de alguns) desses princípios causativos: injunções geográficas, direitos

dinásticos, interesses militares, a raça, a língua ou, ainda, a vontade dos homens. Todas e cada uma delas poderiam constituir-se em explicações para a origem e a permanência de uma nação. Todavia, delas emerge um princípio fundador, *a unidade*, e, com ele, seu cortejo de significações: homogeneidade, igualdade, identidade, coesão, união. A nação seria, portanto, o resultado de um lento percurso dos indivíduos em direção à unidade, fosse ela política, cultural, étnica, linguística ou espiritual. Mesmo para aqueles que responsabilizavam a geografia ou o clima, isto é, a natureza, pela gênese das nações, o princípio agregador acabava por ser a causa e a finalidade.

Durante todo o século XIX, a nação está em cena: na escrita daqueles que se dedicam a explicá-la e a tematizam na escrita ficcional e no texto poético; na pintura e na música e, ainda, no próprio teatro dos acontecimentos. Especialmente na primeira metade dos oitocentos, a Europa assistiu ao seu florescimento, “a primavera dos povos.” Eric Hobsbawm constata que tanto os países mais jovens, quanto os mais antigos, se esforçavam por acentuar os traços que julgavam ser particulares às suas coletividades, atualizando no registro patriótico, práticas tradicionais como canções folclóricas, campeonatos ou comemorações.<sup>3</sup> Todas essas operações realizavam, e realizam, isto é, transformam em verdade, na percepção coletiva, a existência de uma continuidade entre a história passada e a vida presente, contribuindo, portanto, para a naturalização de uma tradição inventada, um artefato, a nação.

Entretanto, por volta dos anos setenta do século XIX, já se pode falar de uma nova maneira de viver e entender a nação. O nacionalismo avançara dramaticamente, mas já não era aquele dos tempos liberais e revolucionários. Seu conteúdo ideológico e político transformara-se em virtude de uma nova configuração político-econômica surgida no plano internacional. O processo de concentração de capitais, origem das grandes sociedades anônimas e dos oligopólios, desencadeara uma concorrência planetária entre as economias industriais desenvolvidas que resultou em ações políticas e militares, implementadas pelo Estado, no sentido da obtenção e da preservação de colônias. A supremacia econômica e militar dos países envolvidos nessa disputa por mercados irá se manifestar na conquista formal, anexação e administração de grande parte do mundo. Além disso, o domínio dos impérios exerceu-se também de forma virtual, isto é, não necessariamente pela anexação formal, mas, através da subordinação econômica e, quando necessário, da pressão política. Um exemplo, na própria Europa, é Portugal; outro, fora dela, o Brasil.

Pertencer, ou não, ao seleto número de países que comandava o “concerto das nações,” qualificava cada nação no mundo ocidental como avançada ou atrasada, forte ou fraca, desenvolvida ou não desenvolvida.

O imperialismo significou, portanto, a incorporação de novos conteúdos à idéia de nação. O conceito, agora, era adjetivado, e a colônia – conquistá-la, não tê-la ou perdê-la –, a medida de sua grandeza ou de sua insignificância.

Voltemos, entretanto, nosso olhar para esses países que não ocupavam os melhores lugares no banquete dos Impérios: Brasil e Portugal. Tanto aqui quanto lá, experimentavam-se os efeitos de transformações significativas, especialmente no campo econômico, desencadeadas por volta de 1850. Joel Serrão observa que o último quartel do século XIX foi, em Portugal, “a época por excelência da transformação técnica maquinista.” O esforço português para renovar e atualizar a estrutura arcaica de produção, embora mais lento do que o dos países europeus, além de criar as condições para a criação de um mercado interno de âmbito nacional, repercutiu, sem dúvida, afirma ele, na vida das cidades: as estradas e, principalmente, os comboios passaram a ligar entre si centros populacionais até então quase autônomos, facilitando a comunicação com o estrangeiro, de onde vinham as idéias novas: do liberalismo ao socialismo de Proudhon, Marx e Bakunin; do positivismo ao hegelianismo e à filosofia de Hartmann; de Vico e Michelet a Taine, a Flaubert e a Zola.<sup>4</sup> Essas leituras informavam a intervenção política e cultural de jovens como Antero de Quental, Eça de Queirós, Adolfo Coelho, José Fontana, toda uma geração – a *Geração de 70* –, dando contorno à “alma nova” que, segundo Serrão, “eles pretendiam insuflar no velho corpo do País, rotineiro e apático, sacudindo-o, despertando-o para inadiáveis tarefas de modernização.”<sup>5</sup>

Embora assumindo outras configurações, a sociedade brasileira também mudara, àquela altura. A extinção do tráfico de escravos, a decadência da economia açucareira e o deslocamento do eixo de prestígio e decisão para o Sul com a dinamização da economia cafeicultora, resultaram numa crescente diferenciação na composição social e, por consequência, em novos interesses no campo político. Na perspectiva das atividades literárias, as últimas décadas do século XIX presenciaram uma ebulição sem paralelo até então. Uma produção caudalosa escoava-se através de livros editados não apenas no Rio de Janeiro, mas em Lisboa, no Porto, ou em Paris; publicavam-se centenas de jornais e revistas; clubes literários eram fundados e a moda das conferências atraía o mundo elegante.

Essa “avalanche de letras” indicava os esforços da consciência letrada no sentido de compreender as novas direções que a sociedade brasileira parecia trilhar. Comte, Taine, Spencer, Darwin e Haeckel eram, então, as leituras favoritas desses intelectuais que formavam, segundo Antonio Cândido, “uma geração de tendências eminentemente críticas, animada do desejo de esquadriñar a cultura nacional e dar-lhe orientação diversa.”<sup>6</sup> Pode-se falar, portanto, também para o Brasil, de uma *Geração de 70*

integrada por intelectuais combatentes, dispostos a interferir na vida nacional, de modo a colocá-la “ao nível do século”. De um modo geral, tanto a Geração de 70 portuguesa, quanto a brasileira, atacavam o sistema monárquico, por inadequado; os modelos de pensamento e de ensino, por sua obsolescência, e a literatura romântica, por ultrapassada. Urgia promover a superação dessas condições político-culturais para que se produzisse a renovação dessas sociedades, libertando-as da decadência ou do atraso político e intelectual.

Havia portanto uma afinidade de opiniões e de projetos entre as duas gerações de escritores. Mas, havia também ressentimentos e conflitos. Desde a primeira metade do século XIX, concomitantemente ao movimento de independência, já era possível notar, nas letras brasileiras, um processo de rejeição aos valores portugueses, como o atesta Gonçalves de Magalhães, no *Discurso sobre a História da Literatura do Brasil*, publicado em 1836:

*O Brasil, descoberto em 1500, jazeu três séculos esmagado debaixo da cadeira de ferro, em que se recostava um Governador colonial com todo o peso de sua insuficiência, e de seu orgulho. Mesquinhas intenções políticas, por não dizer outra coisa, ditavam leis absurdas e iníquas que entorpeciam o progresso da civilização e da indústria.<sup>7</sup>*

Nas décadas finais do século, enquanto acentuava-se a rejeição do lado de cá do Atlântico, do outro, manifestava-se, cada vez com mais frequência, o menosprezo ao Brasil e aos brasileiros. O registro irônico era o preferido quando, em Portugal, por exemplo, comentava-se as vicissitudes da Língua Portuguesa em sua viagem para os trópicos. Em 1872, a presença do Imperador Pedro II em Lisboa, concluindo seu périplo pela Europa, forneceria o mote para “as farpas” atiradas por Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, em direção ao idioma praticado no Brasil. Observavam eles que, se de fato, como constava, existisse aqui o título de Barão de Minhinhonhá, era o caso de pedir a intervenção do governo português na defesa da língua nacional:

*Minhinhonhá é uma nódoa, é um pingo de lama, é um traço de saliva, é um espapado de gordura – na pureza altiva de um língua, onde sucessivamente veio depor a essência da sua alma, a geração venerada que vai de Bernardim Ribeiro a Garrett.*

*(...) Vocábulos daqueles não se depositam num dicionário respeitável, atiram-se para uma escarradeira. (...) Os srs. do Brasil que dêem uma direção à sua linguagem – de modo que não venha cair como um enchurro sobre os nossos dicionários que passam. Em último caso que a canalizem! E assim o*

*brasileiro que tiver a expelir um período eloquente ou uma frase sublime, já se não aproxima da nossa gramática – dirige-se logo à sarjeta!*<sup>8</sup>

No mesmo ano, José de Alencar, defensor da autonomia da língua brasileira, denuncia no prefácio ao seu *Sonhos d'ouro*, “estas futilidades de patriotismo.” contrapondo aos críticos portugueses as palavras de Alexandre Herculano e aproveitando para ridicularizar os exageros nacionalistas da crítica brasileira.

*Lá uns gênios em Portugal, conipadecendo-se de nossa penúria, tomaram a si decidir o pleito, e decretaram que não temos, nem podemos ter literatura brasileira.*

*A grande inteligência de Alexandre Herculano nos profetizara uma nacionalidade original, transfusão de duas naturezas, a lusa e a americana, o sangue e a luz. Mas os ditadores não o consentem; que se há de fazer? Resignemos.*

*(...) Os oráculos de cá, esses querem que tenhamos uma literatura nossa: mas é aquela que existia em Portugal antes da descoberta do Brasil. Nosso português deve ser ainda mais cerrado, do que usam atualmente nossos irmãos de além-mar; e sobretudo cumpre ericá-lo de hh e çç, para dar-lhes o aspecto de uma mata virgem.*<sup>9</sup>

Interpretamos este diálogo, ora agressivo, ora ameno, como um indício das inquietações que os intelectuais brasileiros e portugueses vivenciavam em relação aos problemas de suas respectivas nacionalidades. Com efeito, em seus textos encontramos recorrentemente a representação de uma sociedade, cujos traços predominantes são os da ignorância, do preconceito, da submissão aos poderes político e religioso, do conformismo e da apatia. Esta auto-imagem necessitava ser redesenhada, reformada, regenerada. Tal objetivo implicou o engajamento desses intelectuais em uma prática crítica e pedagógica que, na maioria das vezes, assumiu contornos político-partidários. Esta militância resultaria, assim pensava a Geração de 70, numa nova orientação que, alinhando o país na “marcha do progresso,” integrasse-o ao mundo civilizado. Neste sentido, uma substancial produção de diagnósticos e de remédios para os males da economia, da política, da cultura e da moral foi apresentada aos leitores de ambos os países. Na verdade, essa escrita revela uma necessidade premente de auto-avaliação ou de auto-definição da identidade nacional. E por que isto? Acompanhemos, brevemente, esses escritores em suas lides.

Em 1883, saía o primeiro número de mais uma publicação periódica, a *Revista de estudos livres*, editada em Lisboa, com o propósito de servir como

“órgão do moderno movimento científico e literário de Portugal e do Brasil.” O texto de apresentação da revista, elaborado pelos “diretores literário-científicos,” Teófilo Braga e Teixeira Bastos, em Portugal; Américo Brasiliense, Carlos Koseritz e Argymiro Galvão, no Brasil, é exemplar quanto às inquietações de que falávamos. Há nele, não só, a preocupação em entender e explicar seus países, “aceitando a franca cooperação de todos os pensadores, salvo as atividades retrógradas,” como em propor soluções. E essa intenção se expressava nos marcos do cientificismo, isto é, das doutrinas deterministas de progresso evolutivo, tão caras a essa Geração. Se não, vejamos:

*A Revista de estudos livres visa à aplicação dos eternos princípios da liberdade intelectual, moral e política aos acontecimentos atuais, para os julgar e poder deduzir deles as condições do progresso. Todas as investigações nos interessam, contanto que elas conduzam para um ponto de vista social. Na crise de transformação mental e política em que vão entrando as duas nacionalidades portuguesa e brasileira, filhas da mesma tradição histórica, nas quais o regime católico-monárquico subsiste pela inércia, mas sem apoio nas consciências, é imensamente necessário um órgão crítico e especulativo que agrida os dois povos para a inteligência da sua transição inevitável.*<sup>10</sup>

A lei do progresso, portanto, conduziria o povo português e o povo brasileiro à “transição inevitável” do estágio em que se encontravam a um patamar superior na escala evolutiva. Embora “inevitável”, a passagem poderia ser acelerada pela força da crítica e da reflexão. Neste sentido, o fragmento acima revela um traço marcante do movimento da Geração de 70, para além da retórica modernizadora: a certeza de que a transformação social poderia ser alcançada ou impulsionada pelo poder das idéias. Sob este aspecto, a atitude desses intelectuais era orientada ainda pelo ideal iluminista centrado na confiança na ciência e na certeza de que a disseminação das “luzes” do conhecimento era o único caminho para o aperfeiçoamento individual e coletivo.

Entretanto, o tempo da Geração de 70 já não era mais o da Ilustração, ápice da crença no Homem e em sua capacidade de compreensão e de ação. Viviam-se agora o tempo da Ciência evolutiva e de suas leis; a lógica unitária e centralizadora, inaugurada com o racionalismo do século XVII e vitoriosa à altura em que nossos letrados combatiam, presidia seus enunciados. Tinha-se, pois, para as culturas, os estados dos seres vivos, a situação de cada conhecimento, enfim, para os acontecimentos do mundo natural e do mundo humano, a tendência a demonstrar a aceleração ou o

retardamento, ambos referidos a um centro, definido pela razão evolutiva como o estágio ótimo e, neste sentido, como o modelo através do qual se aferia o progresso. Assim, a explicação para as diferenças políticas, econômicas e culturais existentes entre os povos, construía-se com a noção de “estágio” (ou de “fase”) em que cada cultura se encontrava em relação a uma outra definida como o eixo. Este eixo, ou essa cultura central, constituía-se no parâmetro com o qual se constatava a superioridade ou a inferioridade de uma nação, ou seja, se esta era, ou não, um *lugar de civilização*. O conceito de civilização no mundo ocidental designa, ao mesmo tempo, valores espirituais e valores materiais. Isto significa que o modelo civilizacional pressupõe tanto o domínio de um conjunto de técnicas e de práticas, quanto as normas, os valores e os ideais que orientam as atitudes e as atividades humanas. Entretanto, mais do que isso, o conceito “expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo.” É Norbert Elias quem o diz, acrescentando:

*Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais.<sup>11</sup>*

O imperialismo acentuara a percepção das elites políticas e culturais do mundo não desenvolvido, acerca desse processo de ocidentalização, já há algum tempo em curso. A certeza de sua inevitabilidade possibilitava acreditar em um significado convergente para trajetórias nacionais tão diversas e, em virtude disto, projetar a sua própria nação nesse amplo e único devir. Pois que *ocidentalização* significava, acima de tudo, *modernização*, isto é, a única hipótese de países como Portugal e Brasil (re)construírem suas nacionalidades, estigmatizadas pelos erros históricos, como denunciara Antero de Quental em 1871,<sup>12</sup> ou pelo clima e pela raça, como os brasileiros aprendiam na cartilha de Buckle e de Gobineau.<sup>13</sup>

Assim, nossos escritores pretendiam nada menos que *inventar a nação brasileira e reinventar a nação portuguesa* nos limites de um desejo, cujo duplo nome se conhecia: ocidentalização/modernização. Essa operação, todavia, pressupunha uma investigação das origens nacionais, de sorte a encontrar respostas para os problemas que obcecavam a consciência letrada. Por que o brasileiro era “um ser desequilibrado, ferido nas fontes da vida; mais apto para queixar-se do que para inventar, mais amigo dos sonhos e palavras



retumbantes do que de idéias científicas e demonstradas?”<sup>14</sup> Por que Portugal havia se transformado em um “país de espectros?” Por que a nacionalidade jamais se reerguera, desde 1580, quando “Portugal e Camões caíram na terra fria de uma sepultura?”<sup>15</sup>

Para Oliveira Martins, autor do atestado de óbito, era preciso ressuscitar a “nação moral”, recuperar a vontade coletiva de ser. A esta concepção política de nação, vazada nos moldes de Sieyés, Teófilo Braga contrapunha a “nação natural”, cujo espírito presentificava-se nas tradições populares. Era preciso pois estudá-las e recolhê-las, de modo a resgatar a essência do caráter nacional, o “gênio Moçárabe”, produto dos celtas, romanos, visigodos e árabes que haviam se misturado com os iberos originais.<sup>16</sup> Recuperar o *volksgeist* era, pois, para Teófilo Braga como o fora para Fichte, mais do que uma tarefa de eruditos, um dever patriótico.

Também no Brasil concedia-se importância às tradições populares. Sílvio Romero, tal como Teófilo Braga, convencido de que a essência nacional depositava-se nos “cantos e contos populares,” dedicou uma parte substantiva de sua vida a esses estudos.<sup>17</sup> Entretanto, os letrados brasileiros enfrentavam imensas dificuldades para encontrar a nação metafísica, cuja alma repousava nas manifestações do povo. Com efeito, predominava a desconfiança de que “o espírito nacional, em verdade, ainda não existe.”<sup>18</sup> Tudo, afinal, não era imitação do Outro e submissão a uma natureza esmagadora, como já assinalara Fradique Mendes? No Brasil, queixava-se o personagem criado por Eça, Antero e Batalha Reis, copiava-se tudo, “o que já é velho há cem anos na nossa Europa.” Ao invés de uma civilização própria, verdadeira, encontrava-se aqui um pastiche da civilização europeia e uma raça a apodrecer, ambas calcinadas pelo sol.

*Os velhos e simples costumes foram abandonados com desdém: cada homem procurou para a sua cabeça uma coroa de barão, e, com 47 graus de calor à sombra, as senhoras começaram a derreter dentro dos gorgorões e dos veludos ricos. Já nas casas não havia uma honesta cadeira de palhinha, onde, ao fim do dia, o corpo encontrasse repouso e frescura: e começavam os damascos de cores fortes, os móveis de pés dourados, os reposteiros de grossas borlas, todo o pesadume de decoração estofada com que Paris e Londres se defendem da neve, e onde triunfa o Micróbio. Imediatamente alastraram as doenças das velhas civilizações, as tuberculosas, as infecções, as dispepsias, as nevroses, toda uma surda deterioração da raça.*<sup>19</sup>

Consideremos, agora, que a imaginação social, conforme Bronislav Baczko, é um dos pontos de referência no sistema simbólico que qualquer

coletividade produz e através do qual, ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos, designando, assim, a sua identidade.<sup>20</sup> Consideremos, também, que, no século XIX, o Romance e a História haviam se tornado os veículos preferenciais deste tipo específico de identidade social – a nação –, seja pela manifestação de sinais de diferenciação em relação à metrópole, em países antes dominados; seja, em países mais antigos, pela afirmação do poderio imperial ou, pelo desejo de recuperação deste poderio. E consideremos, mais uma vez, que tais narrativas, na medida em que são elaboradas em acordo aos sistemas de referências que integram o imaginário social, configuram-se como instrumentos ou esquemas perceptuais utilizados para significar o mundo e, neste sentido, constituí-lo. A propósito, Eduardo Lourenço observa que “o verdadeiro saber englobante do século XIX é a História, mas o espelho interior desse saber e do seu não saber, em termos imaginários, é o Romance”<sup>21</sup>.

Ora, a análise dos modos através dos quais a sociedade brasileira e a sociedade portuguesa foram, nas décadas finais do século XIX, pensadas, apresentadas/representadas e oferecidas à leitura, sugere, pois, que, tomadas em seu conjunto, as narrativas historiográfica e ficcional produzidas pela Geração de 70 podem ser interpretadas como estratégias de apreensão e de organização de um universo de experiências e de valores, cuja decifração era imperiosa, já que dela dependia a (re)construção da identidade coletiva. Neste sentido, aceitando-se as considerações anteriores, podemos atribuir, para a História e o Romance da Geração de 70, esse caráter de instrumento perceptual, através do qual, a intelectualidade dos dois países, ao elaborar respostas para a questão básica, *O que somos?*, tentava mais do que organizar os significados da vida coletiva, mas, constituí-los. A instituição simbólico-literária da nação é, pois, o horizonte de leitura que propomos para essa produção discursiva. Ou por outra, se a nação era “sonâmbula” ou “amorfa”, era preciso (re)fundá-la através da escrita, ou melhor, *na* escrita.

Cabe, neste momento, lembrar a sugestão de Fredric Jameson: “toda literatura tem que ser lida como uma meditação simbólica sobre o destino da comunidade.”<sup>22</sup> Para além da superfície da texto da Geração de 70, portanto, onde, não raro, manifesta-se a denúncia e a crítica às condições da sociedade, no nível mais profundo, essa literatura guarda um comprometimento com a origem e o destino das comunidades que apresentam/representam. Origem determinada, dependendo da matriz teórica de quem a postulava, por uma vontade coletiva, ou por um passado fundador; por uma natureza singular, ou por uma raça mestiça. Destino que, em virtude dos múltiplos desequilíbrios do presente, era preciso

regenerar, aperfeiçoar. Fiel a este propósito, a Geração de 70 empenhou-se em (re)inventar a nação, enredada em múltiplos impasses. Em um tempo de certezas inaugurado pela Ciência, viver as incertezas da condição de intelectuais em sociedades predominantemente iletradas, tentando adequar os utensílios teóricos produzidos nos centros hegemônicos à análise de realidades tão apartadas do Ocidente moderno, sugere a grandeza e o tormento da tarefa à qual se dedicaram esses homens de letras, no Brasil e em Portugal, em seu afã quixotesco de transformar a fisionomia nacional.

## Notas

- <sup>1</sup> SIEYÉS, Emmanuel Joseph. *Qu'est-ce que le Tiers Etat?* 2<sup>a</sup>. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1989. p. 33.
- <sup>2</sup> FICHTE, Johann Gottlieb. *Discursos a la nación alemana*. Buenos Aires: Editorial Americalee, 1943. p. 37.
- <sup>3</sup> HOBSBAWM, Eric J. e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 14.
- <sup>4</sup> SERRÃO, Joel. *Temas oitocentistas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978. v. II, p. 62-3.
- <sup>5</sup> *Ibidem*, p. 63.
- <sup>6</sup> CÂNDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: EDUSP, 1988. p. 32.
- <sup>7</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Obras*. 2<sup>a</sup>.ed. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1865. v. VIII, p. 248.
- <sup>8</sup> ORTIGÃO, Ramalho e QUEIRÓS, Eça de. *As farpas*. Crônica mensal da política, das letras e dos costumes. Lisboa: Tipografia Universal, 1872. p. 48.
- <sup>9</sup> ALENCAR, José Martiniano de. *Sonhos d'ouro*. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, [s.d.]. p. XII-XIII.

- <sup>10</sup> BRAGA, Teófilo e BRASILIENSE, Américo (dir.). *Revista de estudos livres*. Lisboa: [s.e.], 1883. Verso da capa.
- <sup>11</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990. p. 23.
- <sup>12</sup> Ver “Causas da decadência dos povos peninsulares”. Em: QUENTAL, Antero de. *Prosas sócio-políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982. p. 255-296.
- <sup>13</sup> Ver BUCKLE, Henry T. *Histoire de la civilization en Angleterre*. Paris: A. Lacroix, Verboeckhoven et C. Éditeurs, 1865, e GOBINEAU, Joseph Arthur de. *Essai sur l’inegalité des races humaines*. 3ª. ed. Paris: Librairie de Paris, [s.d.].
- <sup>14</sup> ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 7.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1980. v. 1, p. 94.
- <sup>15</sup> MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. *Camões, “Os Lusíadas” e a Renascença em Portugal*. 2ª. ed. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron; Casa Editora Luga & Genelioux Sucessores, 1891. p. 113-5.
- <sup>16</sup> Ver, de Teófilo Braga, *Contos tradicionais do povo português* (1883); *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições* (1885); *História da poesia popular portuguesa* (1902-1905); *Romanceiro geral português* (1906), entre outros.
- <sup>17</sup> Ver de Sílvio Romero, *Cantos populares do Brasil* (1883) e *Contos populares do Brasil* (1885).
- <sup>18</sup> BRITO, Raymundo de Farias. Para começar: homens de letras, jornalistas, políticos. Em: *O panfleto* (n.1). Rio de Janeiro: [s.e.], 1916. p. 23.
- <sup>19</sup> Carta de Fradique Mendes a Eduardo Prado. Em: QUEIRÓS, Eça de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Ed., 1970. v.1, p. 227.
- <sup>20</sup> BACZKO, Bronislav. Imaginação social. Em: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 309.
- <sup>21</sup> LOURENÇO, Eduardo. Dois fins de século. Em: BERARDINELLI, C., SANTOS, G. e CERDEIRA, T. C. (org.). *XIII Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. p. 33.
- <sup>22</sup> JAMESON, Fredric. *O inconsciente político*. A narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Ática, 1992. p. 64.